



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

## **MINUTA**

### **1ª Assembleia Geral Ordinária de 2026**

No dia 05 de março de 2026, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba se reuniram para a 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2026 do CBH AMAP PN1, em uma reunião realizada presencialmente no Auditório da Câmara Municipal, em Patrocínio/MG. Estiveram presentes os seguintes membros: Wanderlei Almeida Coelho (Igam – Por procuração), Irineu Vieira Caixeta (IEF), Alex Teixeira Andrade (EPAMIG), Diego Cavalcante Mota (Consórcio RIDES), Murielle Cristine Costa Melo (AMAPAR), Augusto Peres Arruda (Município de Serra do Salitre), Bruno Gonçalves dos Santos (Município de Araguari), Joaquim Odilon Fernandes (Município de Iraí de Minas), Luiz Antônio dos Santos Paula (Município de Iraí de Minas), Juarez Evangelista Reis (Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás), Vicente de Paulo Flávio de Lima (SAE Araguari), Wilson Dornelas Rodrigues (DMAE Monte Carmelo), Márcia Marques Magalhães Borges (DAEPA – Por procuração), Ricardo Luiz Borges (COPASA), Alisson Martins de Oliveira (Salitre Fertilizantes Ltda.), Régis Vinicius Alves de Abreu (FIEMG), Wander Lúcio Rodrigues Alves (Aprosoja), Leocarlos Marques Mundim (COOXUPE), Fernando Costa Faria (AUA), João Figueiredo Neto (Sindicato Rural de Patrocínio), Natália Gonçalves Mendes (Irriganor), José Oliveira da Silva (AFES), José Eduardo Peçanha (CREA-MG), Eusímio Felisbino Fraga Junior (UFU), Patrícia Tolentino (COOPERCAC), Antônio Giacomini Ribeiro (FONASC-CBH), Marcelo Ribeiro Pereira (UFV – Campus Rio Paranaíba), Edvaldo Soares dos Santos (Sind. Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares na Agricultura, Pecuária e Similares de Patrocínio e região). Convidados: Ronaldo Barbosa (ABHA), Sândra Vieira (ABHA), Angélica Spirandelli (ABHA), Nara Santos (ABHA), Rebeca Golinelli (ABHA), Hygor Siqueira (ABHA), Gabrielle Marques (ABHA), Flávio Bernardes (ABHA), Lais Castro (ABHA), Wilson Shimizu (CBH Paranaíba), Victória de Oliveira (Midiática), Pablo Lima e Silva (Midiática), Erica Amaral (Irriganor), Robson dos Santos (SAE Araguari), Letícia Goulart (DMAE Monte Carmelo). Pontos de pauta a serem discutidos: Item 01 – Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 –





31 Apreciação e votação da minuta da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025  
32 do CBH AMAP PN1 (25.11.2025); Item 03 – Leitura do expediente e das comunicações  
33 da ordem do dia Item 04 – Apresentação da proposta de aumento do custeio da Entidade  
34 Equiparada para 16,60%, conforme resolução do CERH/MG; Item 05 – Apreciação e  
35 votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Execução do  
36 Planejamento Orçamentário, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas; Item 06 –  
37 Apreciação e votação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de  
38 Execução do Plano Plurianual de Aplicação, exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas;  
39 Item 07 – Dialogando sobre o Plano e o Enquadramento PIRH Paranaíba Integrado. Item  
40 08 – Assuntos gerais. Após conferência de quórum o Presidente iniciou a reunião  
41 agradecendo a presença de todos e compondo a mesa diretora. Em comemoração aos 21  
42 anos do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba o Sr.  
43 Diego Cavalcante Mota falou algumas palavras em homenagem a trajetória percorrida,  
44 construída com coletividade, dedicada à proteção, ao planejamento e à gestão responsável  
45 da água. Lembrou-se daqueles que iniciaram o Comitê e também de Ex-Presidentes que  
46 dedicaram tempo e trabalho para a causa. Vislumbrou o futuro, desejando que a  
47 instituição se fortaleça, ampliando a participação, consolidando os avanços, garantindo  
48 que as futuras gerações possam contar com os rios vivos, águas de qualidade e equilíbrio  
49 ambiental em toda a bacia. Convidou a todos os presentes para cantar parabéns e abriu a  
50 palavra aos integrantes da mesa, recebendo as felicitações e desejos de sucesso do Sr.  
51 Wilson Shimizu (representando o CBH Paranaíba), Sr. Leocarlos Marques Mundim  
52 (atualmente representante da Cooxupé e Ex-Presidente do CBH AMAP PN1) e o Sr.  
53 Ronaldo Barbosa (representando a Abha Gestão de Águas). **Item 02 – Apreciação e**  
54 **votação da minuta da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025 do CBH**  
55 **AMAP PN1 (25.11.2025).** O Presidente, Diego Mota, abriu para discussão a minuta da  
56 ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2025 e, não havendo contribuições, colocou  
57 em processo de votação, sendo aprovada a ata por unanimidade dos presentes. **Item 03 –**  
58 **Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia.** - O Sr. Fernando Faria,  
59 Secretário Adjunto, fez a leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia, os  
60 quais foram encaminhados aos membros anteriormente junto a convocação. **Item 04 –**





61 **Apresentação da proposta de aumento do custeio da Entidade Equiparada para**  
62 **16,60%, conforme resolução do CERH/MG.** O Sr. Diego Mota enfatizou que, nesse  
63 momento, o item de pauta trata-se apenas de uma apresentação, sem caráter deliberativo  
64 pelo Comitê, estando a plenária com a liberdade de manifestação e esclarecimento de  
65 dúvidas. Passada a palavra ao Sr. Ronaldo Barbosa, iniciou a sua apresentação  
66 informando que é o momento que todas as entidades equiparadas às funções de agência  
67 de bacia estão vivendo no estado de Minas Gerais, a proposta de aumento de custeio para  
68 16,6%. Esse é um assunto que já tramita em âmbito estadual a um tempo e é reconhecido  
69 que o limite atual está aquém do necessário para que a entidade equiparada tenha sua  
70 sustentabilidade. Com base em estudos e discussões no âmbito do CERH/MG chegou-se  
71 ao limite de 20% da arrecadação para a entidade equiparada e, a partir da arrecadação de  
72 cada circunscrição hidrográfica, feita a estratificação para os Comitês, identificando que  
73 os afluentes mineiros do Paranaíba teriam o limite de custeio de 16,6%. Essa Portaria de  
74 aumento, publicada pelo Igam, apesar de definir, sem ressalvas, o percentual de repasse,  
75 estabelece que o Comitê deve aprovar esse valor em plenária. O motivo principal da  
76 apresentação é suscitar ou esclarecer dúvidas para posteriores encaminhamentos. Durante  
77 os anos de atuação da Abha como entidade equiparada esse limite de custeio não permitia  
78 avanços maiores em termos de cumprimento das atribuições. Há uma sobrecarga de  
79 obrigações e uma limitação operacional, ao mesmo tempo que cresce e caracteriza riscos  
80 administrativos, uma vez que, em comparativo, 7,5% como custo  
81 operacional/administrativo está distante de outros setores do mercado. Dada a  
82 importância do segmento, da incorporação de novas estruturas tecnológicas, de  
83 tecnificação e de novos processos de gestão, assim como agora, acredita que haverá no  
84 futuro novos estrangulamentos orçamentários. Falou sobre a estrutura organizacional da  
85 Abha, quantidade de funcionários, atividades e desembolsos. Apresentou as arrecadações  
86 dos afluentes mineiros do Paranaíba e do Paranaíba Federal e os valores que seriam  
87 despendidos a entidade equiparada por cada um deles e a tendente integração e unificação  
88 do contrato de gestão. Essa tendência de integração, levou a uma adequação na estrutura  
89 interna do rateio de custos da Abha, visando fazer a melhor gestão e utilizando-se do  
90 limite recebido pelo custeio dos três afluentes mineiros. Para ilustrar, apresentou uma





91 tabela com a divisão dos custos e valores pretendidos caso a proposta de aumento seja  
92 aceita divididos em: infraestrutura e manutenção, serviços administrativos, remuneração  
93 de pessoal, capacitação e deslocamento de pessoal. Esses valores foram sugeridos a partir  
94 das proporções de cada comitê afluyente e do CBH Federal. A vantagem trazida pelo  
95 aumento desse percentual seria o fortalecimento operacionalmente das entidades,  
96 aumentando sua capacidade de execução e melhorando a velocidade de atendimento e  
97 atuação. A estrutura atual, departamentalizada e com poucos funcionários por  
98 departamento, gera dificuldades na substituição em casos de ausência e a proposta de  
99 ampliar o quadro de pessoal, visa entregas mais eficientes, além de reestabelecer o  
100 equilíbrio financeiro e garantir a viabilidade das ações. Esclareceu que a entidade não  
101 precisa gastar a totalidade dos recursos disponíveis e reforçou que a capacidade de  
102 atendimento é limitada pelos recursos e pelo ritmo de entrega, ilustrando com dados  
103 arrecadatórios e a utilização dos recursos ao longo do tempo. Apresentou a capacidade de  
104 entrega da organização e explicou que mesmo considerando a possível redução de  
105 recurso, destinado ao investimento, o impacto não seria suficientemente grande para  
106 comprometer o planejamento já aprovado em plenária do PAP 2026-2030. Por fim,  
107 mostrou que cerca da metade das circunscrições hidrográficas de Minas Gerais já  
108 aderiram ao novo limite de 16,6%. O Presidente do CBH, Sr. Diego Mota, abriu a palavra  
109 aos presentes pedindo manifestações pra que a plenária pudesse direcionar os  
110 encaminhamentos, como também buscar soluções que atendam e, e que dê efetividade ao  
111 processo. O Sr. Wander Lúcio Rodrigues expos que o setor dos produtores agrícolas não  
112 concorda com o aumento de repasse do custeio a entidade equiparada. Explicou que,  
113 diferentemente do setor público, que costuma aumentar arrecadação conforme  
114 necessidade, o setor privado deve ajustar suas ações à verba limitada disponível. Assim,  
115 a Aprosoja Minas Gerais é contra qualquer aumento de despesas, especialmente em um  
116 momento financeiro difícil para o estado. Ele ainda criticou a cobrança pelo uso da água,  
117 alegando que ela foi mal-recebida e que os tributos já pagos deveriam ser suficientes para  
118 cobrir tais necessidades, defendendo uma postura de contenção de gastos diante da atual  
119 situação econômica. Uma vez aprovada, disseminou-se que esses recursos seriam  
120 destinados principalmente a obras de infraestrutura e não a parte de superestrutura.





121 Questionou a atuação do Comitê em relação às questões de outorgas no IGAM e na  
122 Secretaria do Meio Ambiente, destacando que sua região muitos produtores operam há  
123 anos com licenças e outorgas provisórias, sem uma solução definitiva. Ele critica a falta  
124 de ações do comitê e ressalta que o órgão não tem adotado medidas mais contundentes  
125 para resolver esses problemas. Como representante dos produtores, ele registra seu  
126 protesto e solicita ao comitê que tome providências para resolver essas questões. O Sr.  
127 Fernando Faria concordou com a preocupação do conselheiro em relação ao aumento na  
128 cobrança pelo uso da água sendo que essa sobrecarga impacta a atividade do produtor,  
129 que não controla o preço do seu produto. Explicou que a diferenciação na porcentagem  
130 de uso do recurso para a Abha é baseada no recurso já existente, sem previsão de aumento  
131 na cobrança. Reforçou que o agronegócio enfrenta dificuldades financeiras, com preços  
132 de venda baixos e custos elevados, tornando qualquer custo adicional uma preocupação  
133 significativa. O objetivo é evitar aumento na cobrança, que já está estabelecida, e destacou  
134 que, caso haja mudanças, a diretoria está atenta para defender os interesses do setor e  
135 evitar que o produtor seja prejudicado. Explicou que a percepção do produtor rural pode  
136 ser limitada sobre os benefícios do repasse de recursos, que muitas vezes melhoram  
137 aspectos como segurança hídrica, mas não são facilmente percebidos por eles. Destaca  
138 que ações de melhorias na qualidade da água já são vistas, embora a quantidade de água  
139 disponível ainda esteja em fase inicial de implementação. Fortaleceu o protesto em  
140 relação a atuação do IGAM, apontando que as decisões e regras do órgão gestor, muitas  
141 vezes, geram obstáculos e prejuízos para os produtores, como regras de outorga que  
142 reduzem a vazão disponível, mesmo após investimentos consideráveis em barragens. Ele  
143 também reforçou a necessidade de os comitês de bacia se manifestarem em relação as  
144 outorgas, alegando que isso podem prejudicar ainda mais a atividade produtiva, além de  
145 mostrar que o modelo de concessão de outorga adotado pelo IGAM piora a  
146 disponibilidade hídrica, especialmente no uso para irrigação. O Sr. Augusto Peres Arruda  
147 questionou se a partir do aumento do repasse para a entidade equiparada os técnicos  
148 ambientais passariam a ser contratados com o recurso dos 16,6% ou continuariam sendo  
149 pagos com o recurso do investimento. O Sr. Ronaldo Barbosa explicou que o novo limite  
150 de custeio é destinado ao custo operacional da entidade, sendo assim, os técnicos





151 continuarão a ser contratados com os valores do investimento, tendo a sua atuação  
152 vinculada a uma ação ou ações específicas dentro do PPA. A contratação dos técnico pela  
153 parcela do investimento visa dar sustentabilidade econômico-financeira a entidade. O Sr.  
154 Antônio Giacomini declarou não concorda que os técnicos continuem a ser contratos com  
155 a parcela do investimento caso o valor de repasse para a entidade aumente sua  
156 porcentagem, sugerindo uma revisão desse artifício, por estar retirando capacidade de  
157 investimento do Comitê. Explicou ainda que do ponto de vista administrativo o Paranaíba  
158 Federal estaria sendo privilegiado em relação aos afluentes, uma vez que a sua capacidade  
159 de investimento permaneceria a mesma e usufruirão da estrutura planejada a partir dos  
160 16,6% dos demais. Apontou que os dados foram apresentados com base no custeio de  
161 7,5% e sugeriu que em uma nova apresentação eles fossem atualizados com os valores de  
162 16,6% para uma nova discussão. Sr. Ronaldo Barbosa respondeu que essa simulação  
163 precisa ser feita detalhadamente junto da Câmara Técnica quando considerarem oportuno.  
164 O Sr. Fernando Faria sugere que seja criado um Grupo de Trabalho, preferencialmente  
165 em conjunto com os demais comitês afluentes e o Federal, para aprofundar a proposta e  
166 buscar um encaminhamento. O Sr. José Oliveira questionou se a Abha possui um  
167 levantamento dos valores necessários para manter a entidade em boas condições  
168 econômico-administrativas. Perguntou, ainda, o motivo de o CERH/MG ter deliberado  
169 sobre esses valores de repasse sem que a discussão passasse pelos Comitês e acredita que  
170 é importante que o Conselho ouça dos CBHs suas expectativas de repasse e também as  
171 necessidades da Abha. O Sr. Ronaldo Barbosa exemplificou valores de um estudo feito  
172 pela Ana, há 5 anos atrás, e acredita que o órgão gestor deve ter fundamentado seus  
173 próprios valores em estudos e realidades específicas, apesar de a decisão parecer uma  
174 imposição. Explicou que o planejamento foi feito para o limite de arrecadação possível  
175 entre os três PNs e o Federal, levando em consideração melhorias internas, como  
176 contratação de pessoal e aquisição de novos recursos, buscando eficiência na gestão.  
177 Apontou dificuldades operacionais na realização de rateios exatos e a necessidade de uma  
178 estrutura macro que atenda aos quatro comitês, defendendo a justificativa de ter uma  
179 gestão integrada. A Sra. Sandra Vieira enfatizou a importância de pensar na bacia  
180 hidrográfica como um todo, considerando os benefícios para toda a área, incluindo os





181 nove afluentes do CBH Paranaíba Federal e o interesse em aplicar recursos de forma legal  
182 e integrada. Ressaltou que os recursos CBH Paranaíba só podem ser utilizados dentro do  
183 território da bacia, conforme as regras estabelecidas, e que as ações devem beneficiar toda  
184 a população da bacia, sem beneficiar unilateralmente uma parte, sempre respeitando a  
185 legislação. O objetivo é promover uma gestão unificada e legal para a bacia hidrográfica  
186 como um todo. A Sra. Angelica Spirandelli explicou que a arrecadação do Paranaíba  
187 Federal, quando considerada a sua área de abrangência e população, acaba sendo muito  
188 menos significativa quando comparada aos seus afluentes, causando impacto na alocação  
189 de recursos e repasse. Enfatizou a importância de fortalecer a equipe técnica da Abha para  
190 aumentar a produtividade e a elaboração de projetos. Com mais profissionais, a entidade  
191 poderá ampliar sua capacidade de execução, tornando a gestão mais eficiente e  
192 entregando melhores resultados aos produtores e à população, garantindo assim uma  
193 devolução mais eficaz dos recursos para a bacia e uma gestão mais robusta. Finalizadas  
194 as contribuições, o Sr. Diego Cavalcante Mota agradeceu as contribuições, destacando  
195 que o mesmo desafio enfrentado pela plenária também afeta os outros dois afluentes  
196 mineiros. Com o objetivo de avançar nas discussões, se comprometeu a tomar a iniciativa  
197 para formação do grupo de trabalho conjunto e enfatizou que não há discussão de aumento  
198 da cobrança, apenas ajuste na porcentagem de repasse. Disse reconhecer as dificuldades  
199 relacionadas ao financiamento e ao rateio de recursos, reforçando a importância de  
200 alcançar um consenso que assegure que os investimentos sejam de fato direcionados ao  
201 trabalho da Abha. Colocou, então, em votação a inversão dos itens de pauta 05 e 06,  
202 aprovado pela plenária. **Item 06 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação que**  
203 **aprova o Relatório Anual de Execução do Plano Plurianual de Aplicação, exercício**  
204 **2025 da ABHA Gestão de Águas.** A Sra. Gabrielle Marques, analista ambiental da Abha,  
205 designada aos trabalhos do CBH AMAP PN1, apresentou a execução do PPA na bacia  
206 em 2025. Foi elaborado um PPA provisório, uma vez que o Contrato de Gestão foi  
207 celebrado no final de 2024, prevendo um orçamento de aproximadamente 7 milhões para  
208 2025. Apresentou a síntese das atividades, os respectivos desembolsos e a situação atual  
209 das atividades através de eixos, sendo o primeiro deles o de Programas e Ações de Gestão,  
210 que contém os subitens: programa de fortalecimento institucional e programa de





211 mobilização social. O Eixo 2, relacionado a Programas de Ações de Planejamento, foi  
212 subdividido em programa de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos  
213 hídricos e programa de saneamento, sendo apresentada, assim como no primeiro eixo, a  
214 síntese das atividades, os respectivos desembolsos e a situação atual das atividades. Por  
215 fim, essas mesmas informações foram mostradas em relação ao Eixo 3 do PPA que previa  
216 Programas e Ações Estruturais, recebendo investimento em programas de saneamento  
217 ambiental. A última atividade apresentada foi o gerenciamento de projetos, em que uma  
218 empresa foi contratada para acompanhar, dando apoio técnico e fiscalizando o cadastro  
219 de rede e a execução do PRAD em Abadia dos Dourados. Finalizando, foi apresentado  
220 um quadro geral de desembolso financeiro efetivo e previsto e a relação de execução das  
221 atividades predeterminadas, que em sua totalidade foi iniciada ou executada,  
222 apresentando avanços no seu cronograma. Informou que, uma vez que os valores  
223 desembolsados não atingiram o previsto pelo PPA de 2025, o saldo remanescente já foi  
224 usado para fazer a revisão do PPA de 2025 e remanejado no PPA 2026-2030. Aberta a  
225 palavra aos presentes, o Sr. Marcelo Ribeiro Pereira sugeriu que nos próximos relatórios  
226 e apresentações fosse incluída uma tabela com a comparação direta entre os valores  
227 previstos e contratados. Sem mais contribuições, a Deliberação que aprova o Relatório de  
228 Execução do Plano Plurianual de 2025 foi colocada em votação e aprovada por  
229 unanimidade dos presentes. **Item 05 – Apreciação e votação da minuta de Deliberação**  
230 **que aprova o Relatório Anual de Execução do Planejamento Orçamentário,**  
231 **exercício 2025 da ABHA Gestão de Águas.** O Sr. Ronaldo Barbosa apresentou o  
232 Relatório de Execução do POA que, por orientação do Igam, abrangeu o final de 2024 e  
233 o ano de 2025, após o recebimento dos recursos da cobrança no final de 2024. Para o  
234 período de 2024-2025, foi planejado um orçamento de R\$ 1.035.000,00, dividido em  
235 cinco categorias principais: infraestrutura e manutenção, serviços administrativos,  
236 remuneração de pessoal, capacitação (sem despesas previstas) e deslocamento de pessoal,  
237 este último limitado aos membros da diretoria. O orçamento aprovado foi de  
238 aproximadamente R\$ 834.000,00, sendo cerca de 70-75% dos gastos destinados à  
239 remuneração de pessoal. Além disso, foi feito o detalhamento de despesas operacionais,  
240 pagamento de terceiros, despesas de viagem, combustível e locomoção, referentes a 2024





241 e 2025. Os resultados financeiros mostram que, em 2024, o saldo foi de aproximadamente  
242 R\$ 638 mil, transferido para 2025, que apresentou um saldo final de cerca de R\$ 601 mil.  
243 Finalizando, se colocou à disposição para esclarecimentos. Sem contribuições e dúvidas,  
244 a Deliberação que aprova o Relatório de Execução do Plano Orçamentário Anual de 2025  
245 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade dos presentes. **Item 07 –**  
246 **Dialogando sobre o Plano e o Enquadramento PIRH Paranaíba Integrado.** O Sr.  
247 Wilson Shimizu iniciou a sua fala agradecendo o espaço proporcionado pelo comitê para  
248 atualização do plenário sobre o andamento do processo de elaboração e atualização do  
249 plano de bacia e destacou a importância dessas informações para a tomada de decisões.  
250 Explicou que o projeto inclui etapas de diagnóstico, prognóstico, sinalizações, e,  
251 atualmente, está na fase de elaboração da proposta de enquadramento dos cursos d'água  
252 e do plano de ações, cuja primeira versão está sendo encaminhada aos Comitês.  
253 Mencionou a audiência pública realizada em fevereiro, com o objetivo de cumprir a  
254 legislação e fornecer transparência às atividades e discussões em andamento. O Sr. Flávio  
255 Bernardes iniciou a apresentação falando sobre o progresso do projeto e explicando que  
256 os produtos desenvolvidos estão interligados com cada novo insumo, fundamentando o  
257 próximo. Apresentou o plano de ações, resultado de análises anteriores como diagnóstico  
258 e prognóstico, voltado para ações específicas por bacia e comitê. Explanou algumas  
259 etapas do planejamento dentro do CBH AMAP PN1, incluindo as consultas públicas,  
260 discussões técnicas sobre o prognóstico e outros produtos envolvidos, além do trabalho  
261 do GT PIRH. Abordou o processo de análise de produtos de enquadramento e destacou a  
262 importância desse instrumento de gestão. Informou que a área total do CBH AMAP PN1,  
263 apesar de menor em extensão, há uma criticidade maior influenciada por locais como Alto  
264 São Marcos e outras regiões específicas. Explicou que o PARH do PN1 apresentou ações  
265 com alta insuficiência de implementação, devido a falta de cobrança na bacia e a atuação  
266 fora da governança do Comitê, além de valores planejados muito superiores às  
267 arrecadações anuais. Explicou que esse plano está sendo atualizado com foco na  
268 governança, participação pública e metas mensuráveis. A nova abordagem visa criar um  
269 plano mais enxuto, com participação maior do comitê na implementação e  
270 acompanhamento, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com





271 foco na agenda azul de governança. Apontou também a priorização de áreas de conflito  
272 e de alto comprometimento hídrico, além da elaboração de ações preventivas diante das  
273 mudanças climáticas. Nesse sentido, há programas que abrangem gestão institucional,  
274 qualidade da água, garantia de disponibilidade hídrica e preservação ambiental que visam  
275 facilitar a compreensão e o engajamento da população, criando uma linguagem mais  
276 acessível e integrando ações de conservação, resiliência e sustentabilidade na bacia,  
277 promovendo maior eficiência e impacto na gestão dos recursos hídricos. Informou que o  
278 CBH Paranaíba em suas discussões sobre o termo de referência priorizou ações nos  
279 afluentes visando fortalecer a gestão integrada, com ações colaborativas. Informou que  
280 os trabalhos estão sendo cumpridos dentro do cronograma proposto e acompanhados pelo  
281 GT PIRH buscando garantir uma compreensão aprofundada e compartilhar informações  
282 com os demais conselheiros. O Sr. Régis Vinicius Alves de Abreu solicitou que fosse  
283 disponibilizada uma tabela com o levantamento das contribuições levadas às audiências  
284 públicas dos Afluentes, discriminando aquelas que foram ou não incluídas ao Plano. **Item**  
285 **08 – Assuntos gerais.** Dados os últimos avisos e contribuições e não tendo outros  
286 assuntos a se tratar, eu, auxiliar administrativo da ABHA Gestão de Águas, redigi esta ata  
287 que depois de lida e aprovada será assinada pelo Secretário e pelo Presidente.

288

289

290

291

292

293 **Eusímio Felisbino Fraga Júnior**

294 Secretário CBH AMAP PN1

**Diego Cavalcante Mota**

Presidente CBH AMAP PN1